



# *Prefeitura do Município de Bertioga*

Estado de São Paulo

*Estância Balneária*

## **PROJETO DE LEI 28 119**

Altera o caput do art. 2º da Lei Municipal n. 1.339, de 29 de março de 2019, a fim de acrescentar garantias à União para amortização e demais encargos de operação de crédito.

**Art. 1º** Considerando o disposto no § 4º do art. 167 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o caput do art. 2º da Lei Municipal n. 1.339, de 29 de março de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

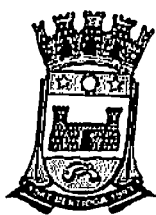
*“Art. 2º Para garantia do principal e encargos do financiamento, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder ou transferir a União, em caráter irrevogável e irretratável, a título pró solvendo, os créditos provenientes das receitas a que se referem os artigos 156, 158 e 159, inciso I, alínea “b”, § 3º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.” (NR)*

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bertioga, 10 de maio de 2019. (PA n. 829/2019)



**Eng.º Caio Matheus**  
**Prefeito do Município**



*Prefeitura do Município de Bertioga*  
Estado de São Paulo  
*Estância Balneária*

**MENSAGEM EXPLICATIVA**

**Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bertioga:**

Pela presente Exposição de Motivos encaminhamos a essa Egrégia Casa de Leis o Projeto de Lei que *“Altera o caput do art. 2º da Lei Municipal n. 1.339, de 29 de março de 2019, a fim de acrescentar garantias à União para amortização e demais encargos de operação de crédito”*, pelos seguintes motivos:

A Caixa Econômica Federal, através de comunicado, requereu ao Município a inserção de garantias acerca dos impostos previstos no art. 156, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, como garantia do pagamento das amortizações do principal e encargos do financiamento.

Logo, este projeto de lei tem como finalidade única adequar nossa legislação a tal exigência.

Diante do exposto, solicitamos aos Nobres Vereadores a discussão e votação do presente projeto de lei com a reconhecida competência que pautam os atos deste Egrégio Poder Legislativo.

***Eng. Caio Matheus***